



## Prefeitura de São Paulo - SP

### Conhecimentos Básicos

*Analista de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional  
TI e Comunicação – APDO*

## LÍNGUA PORTUGUESA

|  |     |
|--|-----|
| Estudo de texto e semântica: intelecção de textos de gêneros variados.....   | 1   |
| Relação do texto com seu contexto histórico.....   | 2   |
| Sinonímia, antonímia e paronímia; denotação e conotação.....   | 4   |
| Tipos de discurso.....   | 7   |
| Intertextualidade.....   | 11  |
| Vícios, figuras e níveis de linguagem.....   | 17  |
| Pressupostos e subentendidos.....  | 26  |
| Ortografia: empregos de letras e de palavras; usos do hífen na prefixação e na composição; re ras de acentuação gráfica; usos de iniciais maiúsculas e de minúsculas ... | 27  |
| Grafias de siglas, acrônimos, abreviações e abreviaturas.....  | 38  |
| Morfologia: classes de palavras; empregos dos pronomes (retos, demonstrativos e relativos); flexões nominais; flexões, vozes, correlação de tempos e modos verbais ...   | 40  |
| Sintaxe: morfossintaxe; estruturas sintáticas da oração e do período; relações de coordenação e de subordinação.....   | 56  |
| Empregos dos sinais de pontuação.....  | 64  |
| Casos de concordâncias nominal e verbal.....   | 68  |
| Usos e variações das regências nominal e verbal.....   | 70  |
| Emprego do sinal indicativo de crase.....  | 73  |
| Redação: coerência argumentativa e elementos de coesão textual; elementos de referenciação.....  | 74  |
| Reescritura de estruturas textuais conforme o uso da língua padrão; organização e reorganização de orações e de períodos.....  | 79  |
| Equivalência e transformação de estruturas ambíguas, incorretas ou incoerentes.....  | 81  |
| Redação oficial (conforme última versão do manual da presidência da república).....  | 83  |
| Questões.....  | 101 |
| Gabarito.....  | 121 |

## RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO E ESTATÍSTICA

Raciocínio lógico: estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas. Formação de conceitos, discriminação de elementos..... 1

# SUMÁRIO



|  |     |
|--|-----|
| Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal ....   | 21  |
| Raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal .....  | 28  |
| Raciocínio matemático .....  | 33  |
| Operação com conjuntos.....  | 43  |
| Estatística descritiva: gráficos, tabelas.....   | 50  |
| Medidas de posição (média, moda, mediana, quartis, mínimo e máximo) e de variabilidade (variância, desvio-padrão, amplitude).....  | 57  |
| Técnicas de contagem e análise combinatória: combinações simples, arranjos e permutação com e sem repetição. Probabilidades: espaço amostral, axiomas da probabilidade .....   | 63  |
| Propriedades da função probabilidade; distribuições de probabilidades discretas e contínuas (bernoulli, binomial, poisson, geométrica, uniforme discreta e contínua, normal, quiquadrado, tstudent e fsnedecor)..... | 70  |
| Amostragem: amostras casuais e não casuais. Processos de amostragem .....  | 79  |
| Inferência estatística: estimativa pontual de parâmetros, intervalos de confiança .....  | 84  |
| Testes de hipóteses para médias e proporções .....   | 86  |
| Correlação e regressão linear simples .....  | 94  |
| Questões .....   | 100 |
| Gabarito.....  | 109 |

## LEGISLAÇÃO ATINENTE À TIC

|  |    |
|--|----|
| Lei de crimes cibernéticos (lei carolina dieckmann - lei 12.737/2012) .....  | 1  |
| Decreto 57.653/2017: Política municipal de governança de tecnologia da informação e comunicação (pmgtic) no âmbito da administração pública municipal de são paulo .....   | 2  |
| Marco civil da internet (lei nº 12.965/2014): Visão geral; princípios básicos (neutralidade de rede, liberdade de expressão, privacidade e proteção de dados pessoais; responsabilidade dos provedores de aplicações); direitos e garantias dos usuários ....  | 9  |
| Lei geral de proteção de dados (lgpd - lei nº 13.709/2018): Objetivos; conceitos fundamentais (dados pessoais, dados sensíveis, agentes de tratamento); direitos dos titulares de dados; bases legais para o tratamento de dados; papéis e responsabilidades (controlador, operador, encarregado)..... | 17 |
| Outras legislações: general data protection regulation (gdpr); acordos internacionais sobre cibersegurança; direitos humanos na era digital .....  | 41 |
| Lei de acesso à informação (lei nº 12.527/2011): Direito ao acesso à informação pública; regras de transparência ativa e passiva; proteção de informações sigilosas; impacto nas tic para acesso à informação pública e transparência .....  | 50 |
| Direitos autorais na era digital: creative commons e licenciamento aberto .....  | 70 |
| Regulamentação da internet das coisas (iot): conceitos e definições; desafios regulatórios da iot (segurança da informação e privacidade e proteção de dados); legislação e diretrizes para a iot.....   | 80 |
| Governança da internet: conceito de governança da internet; principais entidades de governança (icann, ietf e fórum de governança da internet - igf).....  | 88 |

# SUMÁRIO



|  |     |
|--|-----|
| Neutralidade de rede; inovações e desafios legislativos para o futuro da tic: desafios jurídicos da inteligência artificial (impacto social, questões éticas e legais) ..... | 92  |
| Blockchain e smart contracts (conceitos, aplicação e implicações jurídicas).....   | 96  |
| 5g e o futuro da conectividade (conceitos, impactos regulatórios) .....  | 102 |
| Questões .....   | 108 |
| Gabarito.....  | 115 |

## GESTÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

|   |     |
|---|-----|
| Noções de orçamento público: ppa (plano plurianual), ldo (lei de diretrizes orçamentárias), loa (lei orçamentária anual).....   | 1   |
| Programa de metas .....   | 1   |
| Lei de responsabilidade fiscal .....  | 3   |
| Conceitos de orçamento público .....  | 31  |
| Controle externo e controle interno .....   | 33  |
| Governança, transparência e accountability .....  | 43  |
| Organização administrativa do estado brasileiro; federalismo .....  | 52  |
| Agentes públicos .....  | 58  |
| Princípios constitucionais e normas que regem a administração pública .....   | 76  |
| Regime jurídico.....  | 82  |
| Compras públicas: estudo técnico preliminar; termo de referência.....   | 84  |
| Gestão e fiscalização de contratos.....   | 86  |
| Serviços públicos: modalidades de prestação de serviços .....   | 94  |
| Planejamento governamental: mapa estratégico; objetivos; metas; indicadores de desempenho; planejamento situacional; ferramentas gerenciais e de planejamento .....         | 113 |
| Modelos de gestão: patrimonialista, burocrática, gerencial e neweberianismo .....   | 115 |
| Políticas públicas: ciclo de políticas públicas; principais conceitos.....  | 117 |
| Ciências sociais aplicadas: desenvolvimento sustentável; combate às discriminações; cidadania e participação social.....  | 122 |
| Gestão de pessoas: noções de gestão de pessoas; liderança; motivação; avaliação de desempenho.....  | 128 |
| Ética e integridade.....  | 132 |
| Govtechs e inovação no setor público; conceito de ética no serviço público; código de ética dos servidores públicos; combate à corrupção e compliance no setor público..... | 135 |
| Mecanismos de controle e fiscalização .....   | 143 |
| Tribunais de contas .....   | 149 |
| Fiscalização das contas públicas .....  | 152 |
| Questões .....  | 156 |
| Gabarito.....   | 162 |

# SUMÁRIO



Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

### **Busca de sentidos**

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

### **Importância da interpretação**

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

### **Diferença entre compreensão e interpretação**

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.



A habilidade de discernir e construir relações lógicas entre entidades diversas é uma competência fundamental no pensamento analítico. Ela permite que um indivíduo percorra informações e estabeleça conexões significativas, mesmo quando os elementos envolvidos são abstratos ou hipotéticos. Ao explorar este domínio, desenvolve-se a capacidade de extrair conclusões válidas e verificar a solidez das premissas subjacentes. Tal habilidade é crucial para a resolução de problemas complexos e para a tomada de decisões informadas em uma variedade de contextos.

Agora, veremos os conteúdos necessários para aprimorar essa habilidade:

## LÓGICA PROPOSICIONAL

Antes de tudo, é essencial compreender o conceito de proposições. Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

### Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
- **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples:  $p \equiv p$

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

### Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

- **Sentenças Abertas**

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”



### LEI Nº 12.737, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

*Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.*

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos e dá outras providências.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, fica acrescido dos seguintes arts. 154-A e 154-B:

#### “Invasão de dispositivo informático

Art. 154-A. Invasão de dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem produz, oferece, distribui, vende ou difunde dispositivo ou programa de computador com o intuito de permitir a prática da conduta definida no caput .

§ 2º Aumenta-se a pena de um sexto a um terço se da invasão resulta prejuízo econômico.

§ 3º Se da invasão resultar a obtenção de conteúdo de comunicações eletrônicas privadas, segredos comerciais ou industriais, informações sigilosas, assim definidas em lei, ou o controle remoto não autorizado do dispositivo invadido:

Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, se a conduta não constitui crime mais grave.

§ 4º Na hipótese do § 3º , aumenta-se a pena de um a dois terços se houver divulgação, comercialização ou transmissão a terceiro, a qualquer título, dos dados ou informações obtidos.

§ 5º Aumenta-se a pena de um terço à metade se o crime for praticado contra:

I - Presidente da República, governadores e prefeitos;

II - Presidente do Supremo Tribunal Federal;

III - Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembleia Legislativa de Estado, da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou de Câmara Municipal; ou

IV - dirigente máximo da administração direta e indireta federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.”

#### “Ação penal

Art. 154-B. Nos crimes definidos no art. 154-A, somente se procede mediante representação, salvo se o crime é cometido contra a administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios ou contra empresas concessionárias de serviços públicos.”

Art. 3º Os arts. 266 e 298 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

#### “Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública

Art. 266.. ..



O orçamento público é uma ferramenta do processo orçamentário. Através dele são apresentadas, a cada ano, a estimativa de receitas e o destino para esses recursos (receitas e despesas); é fundamental para manter em equilíbrio das contas do governo e quais serão as prioridades com relação as necessidades da sociedade.

Todos os entes (União, Estados e Municípios) elaboram seu orçamento anualmente. O processo orçamentário inclui algumas fases, através de seus principais instrumentos de planejamento, na forma de leis PPA, LDO e LOA.

São leis propostas pelo Poder Executivo (Presidente da República) e sua aprovação pelo Poder Legislativo (Deputados e Senadores), permite análise adequada para saber se atendem de fato, aos interesses da sociedade. Assim, elas são devolvidas, muitas vezes com alterações e sancionadas pelo Presidente da República.

– **PPA (Plano Plurianual):** lei que esclarece quais são as metas e programas previstos para um período de quatro anos; vigora do segundo ano do mandato de um Executivo, até o primeiro ano do mandato seguinte. As demais leis orçamentárias devem estar de acordo com as políticas do PPA.

– **LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias):** determina quais metas e prioridades apresentadas no PPA, serão executadas no ano seguinte. A LDO, tem como função, orientar a LOA. O projeto da LDO deve ser proposto pelo Executivo até o dia 15 de abril do ano anterior ao de sua vigência. Seguindo para análise e votação pelo Congresso Nacional, até o dia 17 de julho, para a sanção do Presidente da República.

– **LOA (Lei Orçamentária Anual):** é elaborada a partir da LDO, apresentando minuciosamente todos os gastos que serão realizados no período de um ano; explicando qual será o valor e quais áreas serão beneficiadas. O projeto da LOA deve ser proposto pelo Executivo, até o dia 31 de agosto do ano anterior ao de sua vigência, em seguida, parte para análise e votação do Congresso Nacional e deve ser devolvida até o dia 22 de dezembro, para a sanção do Presidente da República. A LOA é um orçamento extenso e estruturado em três documentos:

**1. Orçamento fiscal:** se refere aos Três Poderes, aos órgãos da Administração Pública, fundos e fundações mantidos pelo governo.

**2. Orçamento da seguridade:** apresenta as programações relacionadas a Seguridade.

**3. Orçamento das estatais:** determina o orçamento das empresas em que o governo tem a maior participação de capital.

#### — Créditos Adicionais

São autorizações de despesas que não constavam nas leis orçamentárias, ou seja, não estavam fixadas no PPA, na LDO ou tiveram seus valores fixados de forma insuficiente. São classificados como suplementares, especiais ou extraordinários.

– **Suplementares:** utilizados quando a dotação é insuficiente, sendo necessário um reforço de recursos.

– **Especiais:** quando há necessidade de uma nova despesa.

– **Extraordinários:** despesas extras para necessidades como, calamidade pública, pandemia, guerras etc.